

FONTE : JB

CLASS. : Queimadas

DATA : 13 03 91

PG. : 12 44

## Deputado contesta os dados sobre queimadas

BRASÍLIA — Ao contrário do que afirmou o secretário de Ciência e Tecnologia, José Goldemberg, na semana passada, foi no governo do ex-presidente José Sarney e não no primeiro ano do governo Collor que houve a redução de 27% na taxa de desmatamento na região da Amazônia Legal. As imagens do satélite americano Landsat que serviram de base para o levantamento realizado pelos técnicos do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) foram coletadas, na sua maioria, durante o ano de 1989. Além disso, o grande fator de queda do desflorestamento foi a chuva, que naquele ano foi superior aos volumes normais. Esse dado não foi incluído na exposição de motivos divulgada pelo secretário Goldemberg.

Para o deputado ecologista Fábio Feldmann (PSDB-SP), o atual governo está divulgando essas notícias para se promover junto a organismos internacionais. "O governo anuncia uma diminuição na taxa de desmatamento mas não explica que os motivos dessa situação estão associados a atos do governo passado", critica o parlamentar. A redução está ligada a fatores como o corte dos incentivos fiscais, adotado no governo Sarney no Programa Nossa Natureza.

As grandes queimadas que ocorreram na época da Constituinte, em 1988, também contribuíram para a existência dessa taxa. "Os fazendeiros acharam que focos de incêndio seria uma prova de que essas áreas eram produtivas", recorda o parlamentar. "Como naquele ano foram queimados mais de 20 milhões de hectares, um número alarmante, é lógico que uma comparação com essa época vai resultar em diminuição", raciocina Feldmann.

O parlamentar já está organizando um grupo formado por pessoas ligadas à ecologia que vai desenvolver um trabalho aprofundado sobre o assunto. "A intenção é fazer um levantamento sobre a verdadeira situação do desmatamento na região", conta Feldmann, lembrando que nos últimos três anos vários boletins com dados diferentes foram divulgados pelo governo.

Procurado pelo JORNAL DO BRASIL, o secretário Goldemberg informou que os mapas sobre o último desmatamento da Amazônia Legal estão no Inpe à disposição de quem quiser interpretá-los. "Não importa os motivos que contribuíram para diminuir a taxa de desmatamento e sim o fato de

ter havido a redução", afirmou o secretário, sem especificar o ano em que houve a redução no desmatamento.

O relatório do Inpe acusou uma área total desmatada na Amazônia Legal de 415.251 quilômetros quadrados, ou seja, 41 milhões de hectares. Pelos cálculos do Ibama, a área total de desmatamento é um pouco maior — 50 milhões de hectares, o que equivale a 10% dos 500 milhões de área total. Sérgio Alberto de Almeida, chefe do Centro de Sensoriamento do Ibama, lembra que atualmente os responsáveis pelos desmatamentos — os fazendeiros e empresários — estão sendo pressionados por vários fatores, como fiscalização do Ibama e até mesmo pela dificuldade de avançar mata adentro e longe dos locais onde há infra-estrutura. Ele acha que esses fatores contribuem para inibir as ações de desmatamento na região.

Ao mesmo tempo que considera de grande contribuição ao Ibama o trabalho que vem sendo realizado pelos técnicos do Inpe, o chefe do Centro de Sensoriamento critica a burocracia existente entre as duas secretarias do governo (Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia). Para conseguir montar a operação de fiscalização, o Ibama depende da leitura e interpretação dos mapas do Inpe. Mas o Ibama só terá acesso a esse material se fizer o pedido, esperar na fila dos clientes e ainda pagar os custos. "Estamos tentando convencê-los a liberar esses mapas sem pagamento. Afinal o dinheiro sai de um único cofre, o cofre do governo", contou Sérgio.

Apesar de ainda não ter recebido os mapas do Inpe, o Ibama já conseguiu reunir dados suficientes para traçar uma operação de fiscalização na região. A operação dará preferência às áreas onde o desmatamento foi superior a 30 mil hectares. Já foram detectadas 15 áreas nessas condições que serão visitadas pelos fiscais a partir do início de maio. Também faz parte dessa operação o treinamento de 27 fiscais do Ibama pelo Exército. Em 10 dias de curso, eles vão aprender noções gerais de operação na Amazônia, como planos de voo e interpretação de mapas cartográficos. "A operação desse ano conta com o mesmo número de helicópteros do ano passado, seis, mas as horas de voo passarão de 600 para 1.000", conta o chefe do departamento, Raimundo Deusdará.